



1 **ATA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3 Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h25min, por
4 videoconferência, através da plataforma Zoom, ocorreu a 94ª Reunião Ordinária do
5 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: 1.
6 Conferência de quórum; 2. Aprovar Ata da 93ª Reunião Ordinária; 3. Apresentação
7 acerca do desenvolvimento do SIGA Hídrico; 4. Deliberar quanto a minuta de
8 resolução CEHIDRO nº 149, de 12 de maio de 2022, que define a modalidade de
9 chamamento público, como forma de delegação de funções de agência de água;
10 4.1. Parecer da Câmara Técnica de Acompanhamento do Fundo Estadual de
11 Recursos Hídricos – FEHIDRO. 5. Deliberar quanto a minuta de resolução
12 CEHIDRO nº 150, de 12 de maio de 2022, que altera a Resolução CEHIDRO nº
13 140, de 08 de julho de 2021; 6. Analisar e deliberar quanto a cópia do Inquérito
14 Policial 53/2021(71.4.2021.29157); 7. Informes. A reunião foi presidida pelo
15 Secretário Executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e, assessorado pela
16 Sra. Danielly Guia da Silva, Secretária do CEHIDRO. Registrou a presença dos
17 seguintes Conselheiros: Sra. Sibelle Christine Glaser Jakobi, representante da
18 **SEMA**; Sr. Rafael Vinicius Rodrigues, representante da **SINFRA**; Sr. Rogerio da
19 Costa Arantes, representante da **SEAF**; Sr. Marcelo Luiz Perini Tarachuk,
20 representante da **SEDEC**; Sr. César Luiz Benites Santos, representante da
21 **SECITECI**; Sr. Herman Menezes Cathalat Filho, representante do **CREA**; Sr.
22 Jhonatan Barbosa da Silva, representante da **UFMT**; Sra. Solange Aparecida
23 Arrolho da Silva, representante da **UNEMAT**; Sra. Suzan Lannes de Andrade,
24 representante da **ABES**; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**; Sra.
25 Alessandra Panizi Souza, representante da **OAB**; Sra. Carolina Ortiz Costa Franco
26 de Souza e Sra. Brenda Anazco Benites, representantes da vaga 01 dos **CBH-RH**
27 **Amazônica**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representante da vaga 02 dos **CBH-**
28 **RH Amazônica**; Sr. Higor Hoffmann e Sra. Bethânia de Carvalho, representantes
29 da vaga 01 dos **CBH-RH Paraguai**; Sr. Adriano Voigt, representante da vaga 02
30 dos **CBH-RH Tocantins-Araguaia**; Sra. Celissa Franco Godoy da Silveira,
31 representante do **IESCBAP**; Sr. Uirandi Artioli Faria, representante do **Instituto**





32 **Gaia**; Sra. Laura Garcia Venturi Rutz, representante da **FAMATO**; Sra. Ribenildes
33 Carla Gomes e Souza e Sra. Mariana Sasso, representantes da **FIEMT**; Sr.
34 Marcelus Mesquita, representante do **SINDENERGIA/MT**; Sra. Inês Martins de
35 Oliveira Alves, representante da **Águas Cuiabá**; Sr. João Clímaco Soares de
36 Mendonça Filho e Sra. Isabela Victor Braun, representantes do **FONASC**; Sr. Álvaro
37 Fernando Cícero Leite, representante do **Instituto Ação Verde**; Sr. Gabriel Dionísio
38 Mancilla e Sra. Tatiane Aparecida Firmo, representantes da **APROFIR**; e, Sra.
39 Leonice de Souza Lotufo, representante do **ITEEC BRASIL**. A reunião foi aberta
40 pelo Secretário Executivo, que cumprimenta a todos e informa que houve a
41 substituição de representantes das seguintes entidades: UNEMAT, FIEMT,
42 FONASC, Instituto Ação Verde, e APROFIR. Após, realiza a conferência do quórum.
43 Na sequência, passou-se a aprovação da Ata da 93ª Reunião Ordinária. Não
44 havendo nenhuma alteração, a Ata da 93ª Reunião Ordinária foi aprovada por
45 unanimidade. Quanto ao próximo item da pauta, a apresentação acerca do
46 desenvolvimento do SIGA Hídrico, o Secretário Executivo explica que essa
47 solicitação foi feita pelo então representante do Instituto Ação Verde, o Sr. Salatiel
48 Araujo. Diz que as solicitações do conselheiro foram enviadas ao gabinete da
49 SEMA, e o mesmo encaminhou resposta na data de hoje às 11h45min, em razão
50 do horário o documento não foi enviado para conhecimento dos conselheiros, mas
51 será enviado até amanhã. Na sequência, faz a leitura das solicitações feitas pelo
52 Sr. Salatiel Araujo. Pergunta se a Plenária quer que seja feita a leitura das respostas
53 enviadas pela SEMA, ou preferem que sejam apenas enviadas por e-mail. O
54 conselheiro José Roberto, diz que seria bom que os conselheiros tomem ciência
55 agora, porque esta havendo uma insatisfação muito grande do meio que atua na
56 área de água subterrânea com relação ao novo sistema que foi implantado, pois
57 esta apresentando bastante problema, e esta prejudicando bastante alguns
58 empreendimentos, que não conseguem outorga. Salaria que o CEHIDRO é muito
59 importante para se dar voz a esse assunto. Informa que foram feitas várias reuniões
60 entre a AGEMAT e a SEMA, onde os geólogos apresentaram toda problemática que
61 esta ocorrendo com a implantação do SIGA Hídrico, para a água subterrânea
62 principalmente, porque lhe parece que para água superficial já tinha uma coisa mais





63 consolidada. O Secretário Executivo diz que engano do conselheiro, pois a água
64 subterrânea esta muito mais adiantada do que a água superficial e diluição de
65 efluente. O conselheiro José Roberto diz que não atua nessa área então não possui
66 conhecimento. Diz que na última reunião teve uma apresentação da equipe técnica
67 que esta desenvolvendo o programa, então seria importante se divulgar as
68 respostas enviadas pela SEMA, para que todos os conselheiros possam tomar
69 conhecimento e opinar sobre o assunto. O Secretário Executivo diz que realmente
70 esta havendo problemas no SIGA Hídrico, e hoje a SEMA esta conseguindo fazer
71 as autorizações de perfuração de poço, e finalizar a análise do processo de outorga
72 de água subterrânea, porém esta havendo um bug que a gente não consegue emitir
73 o ofício de pendência e nem emitir o ato. Então, a equipe esta buscando resolver o
74 problema. Nesse sentido, faz a leitura de uma das respostas enviadas pela SEMA:
75 “Colocar um sistema desta grandeza em produção e com um nível de complexidade
76 tão alta é um desafio para qualquer instituição. Todas as etapas do desenvolvimento
77 foram seguidas pensando na possibilidade integração com vários sistemas e
78 baseado em microserviços. Criamos um sistema parametrizável, com requisitos
79 padronizados com reutilização de componentes e acesso generalizado aos
80 recursos, o que traz uma economia para o Estado e também uma facilidade na
81 manutenção, porém se um destes micro serviços para, seja por manutenção ou
82 algum ajuste uma etapa do processo pode ser comprometida. Porém, o que
83 observamos através do atendimento do nosso suporte são dúvidas de usabilidade
84 e podem sim ocorrer indisponibilidades porque a todo momento versões com
85 melhorias são implementadas e isso pode ocasionar algum bug, mas que é tratado
86 em caráter de urgência (se ocorrer)”. O Secretário Executivo salienta que em
87 nenhum momento nesse documento se verá uma data para esse problema ser
88 resolvido. Em seguida, faz a leitura de outra resposta: “Os processos estão rodando
89 dentro do sistema ou seja estão percorrendo as instâncias, talvez o que possa estar
90 ocorrendo são ajustes pontuais para facilitar o entendimento e melhorar a
91 usabilidade do sistema. Para tratar estes pontos criamos uma sala de crise mesmo
92 sabendo que estamos em um período ainda de implantação. Todas as sugestões e
93 críticas estão sendo tratadas (Já habilitamos a funcionalidade de consulta a MEUS





94 PROCESSOS, os processos da subterrânea estão sendo analisados e dá
95 superficial distribuídos). Gostaríamos apenas de reforçar que no processo de
96 outorga como há balanço hídrico não tem como trabalhar de forma híbrida (papel e
97 sistema) já que os cálculos realizados simulam uma conta corrente do recurso, os
98 analistas precisam analisar em cima de uma base de dados atualizada”. O
99 Secretário Executivo diz que na parte de água superficial, o sistema não esta
100 conseguindo mostrar a disponibilidade hídrica. Cita como exemplo: se eu tenho dez
101 para disponibilizar e eu uso quatro, não esta aparecendo no sistema que ainda
102 restam seis a serem disponibilizadas. Então a disponibilidade hídrica superficial esta
103 muito mais difícil. Diz que em relação a água subterrânea esta quase resolvido.
104 Quanto ao questionamento de por que não retornar a análise por meio de processo
105 físico, explica que não é possível que o sistema esteja em dois lugares ao mesmo
106 tempo, no SIMLAM Hídrico e SIGA Hídrico. Salienta que o sistema já saiu do
107 SIMLAM Hídrico e agora está no SIGA Hídrico. Então, não tem como a SEMA fazer
108 o cálculo de disponibilidade hídrica em dois lugares, o sistema tem que estar na
109 mesma base, com as mesmas informações, para que a gente consiga
110 disponibilidade versus demanda. Destaca que o SIGA Hídrico foi lançado pelo
111 Governador em dezembro de 2021, então qualquer alteração de encaminhamentos
112 não mais compete a SEMA, pois é uma decisão de governo. Salienta que
113 infelizmente a SEMA não tem uma data para que os problemas sejam resolvidos. O
114 conselheiro José Roberto diz que a sociedade que trabalha com isso, esta sentindo
115 bastante prejuízo, no sentido de que o recurso hídrico é importantíssimo para vários
116 segmentos da sociedade. Pergunta o que o CEHIDRO poderia fazer, porque uma
117 das reivindicações dos grupos que atuam na área seria justamente ver a
118 possibilidade de retornar o sistema, já que não existe uma previsão de solução.
119 Salienta que talvez então uma saída seria se retornar ao processo físico até que se
120 resolva todos os bugs do novo sistema. Diz que os profissionais estão tentando por
121 meio da AGEMAT encontrar uma solução para esse assunto. O Secretário
122 Executivo diz que entende, até mesmo porque como superintendente de recursos
123 hídricos, é questionado com relação a isso. Inclusive, muitas pessoas já disseram
124 que vão entrar com ação judicial. O conselheiro João Clímaco pede a palavra. Diz





125 que para o FONASC a questão das águas subterrâneas não esta se resumindo a
126 apenas esse problema. Diz que a pouco tempo o FONASC fez uma proposta de
127 resolução, que foi rejeitada pelo Conselho. Mas o objetivo dela era corroborar a
128 restauração do princípio de legalidade que estava sendo levantado em razão de um
129 questionamento do Ministério Público - MP que colocou sob judice, inclusive todo o
130 processo de outorga de água subterrânea. Salienta que isso, para o FONASC, não
131 esta resolvido pelo simples fato da Plenária do Conselho achar que não deve acatar
132 a recomendação do MP. Diz que o FONASC se aliou ao MP para tentar dar agilidade
133 a essa questão, pois para o FONASC esta muito claro que essa resolução 91 faz
134 uma flexibilização na questão da outorga de água subterrânea, que para o FONASC
135 esta sem sentido. Salienta que agora o FONASC se encontra, no campo judiciário,
136 apoiando a solução dessa questão. Diz que a gestão da água subterrânea esta se
137 tornando um grande problema no estado. Destaca que não duvida que essa questão
138 que esta sendo levantada tenha a ver com a insegurança jurídica que se gerou com
139 o não acatamento da recomendação do MP. Salienta que é interessante que se
140 restaure o princípio da legalidade provocado pelo pedido do MP, e que talvez
141 pudesse melhorar esse problema que esta sendo discutido. Diz que a impressão
142 que tem é que uma coisa esta associada a outra, e o nível de insegurança jurídica
143 gera também insegurança no agente público, que esta responsável por tomar
144 decisões. Diz que esta dando esse informe, pois para o FONASC esse problema
145 não esta resolvido e tudo aquilo que for rejeitado no CEHIDRO, que não tenha uma
146 base legal e técnica consistente, o FONASC irá correr atrás do direito. O Secretário
147 Executivo diz, em nome da SEMA, que a Secretaria tem que seguir o que determina
148 a PGE, e isso é uma lei dentro do estado de MT. Salienta que o problema do SIGA
149 Hídrico não tem a ver com a resolução 91, são duas coisas distintas. A conselheira
150 Alessandra Panizi pede a palavra. Diz que esta elaborando um mandado de
151 segurança com relação ao SIGA Hídrico, contra a SEMA, pois não é possível que
152 não seja, porque o ato coator é da SEMA, mas a intenção nesse documento esta
153 muito mais relacionado a exercer uma pressão para que as coisas aconteçam.
154 Salienta que sabe que ocorreram várias reuniões, que existe uma intenção, mas a
155 gente precisa sair só da intenção. Reforça que a intenção não é contra uma pessoa,





156 ou contra uma coordenadoria, ou uma superintendência. E sim, que a própria SEMA
157 veja uma forma de resolver essa questão, nem que seja de voltar ao processo físico
158 por enquanto. O conselheiro Marcelo Tarachuk, pede a palavra. Pergunta se o
159 sistema SIGA Hídrico esta trabalhando em conjunto com outros sistemas de
160 licenciamento dentro da SEMA, como as licenças da SUIMIS, da gestão florestal. O
161 Secretário Executivo diz que não, que o sistema SIGA será único, porém o primeiro
162 módulo que saiu foi o SIGA Hídrico. Mas é claro que ele conversa com o SIGA
163 Arrecadação, e em um segundo momento irá conversar com o CAR. No entanto,
164 neste primeiro momento ainda não tem um link com o licenciamento e nem com a
165 gestão florestal. Após, diz que o ex-conselheiro Salatiel Araujo fez um
166 questionamento pelo chat do YouTube. E quanto a este responde que sim, a
167 outorga antecede o licenciamento. Porém, as licenças estão travadas porque não
168 sai outorga. Salaria que o licenciamento é visto pontualmente. O conselheiro José
169 Roberto salienta que esse é um assunto muito grave. Que a falta de outorga trava
170 muitos empreendimentos, porque qualquer empreendimento que dependa de água,
171 não consegue ser aprovado sem a outorga. E no momento, o estado esta travado.
172 Diz que o CEHIDRO deveria se pronunciar quanto a isso. Propõe que a Plenária se
173 manifeste no sentido de a SEMA retornar a receber os processos físicos
174 imediatamente, até que os bugs do sistema sejam solucionados. Propõe que todos
175 os testes sejam feitos antes de colocar o sistema para rodar. O Secretário Executivo
176 diz que a demanda de toda a sociedade, de todos os usuários, de todos que estão
177 sendo afetados, inclusive financeiramente, a SEMA esta ciente, porque a gente esta
178 recebendo essas pessoas. Diz que como superintendente de recursos hídricos, esta
179 de mãos-atadas, que lhe resta apenas aguardar o sistema funcionar. Mas que cabe
180 a Plenária se manifestar sobre que atitude deseja tomar. O conselheiro Gabriel
181 Mancilla, pede a palavra. Diz que a APROFIR fez contato no mês passado, com
182 quase todos os profissionais que estão trabalhando com setor de outorga, com setor
183 de licenciamento e esta fazendo um levantamento dos dados dessa paralisação.
184 Diz que se sentiu a necessidade diante da falta de informação quanto ao número
185 de casos e as regiões em que estão acontecendo. E a APROFIR, provavelmente
186 dentro de 15 dias terá esse cenário, para poder pôr em pauta esses danos que





187 estão acontecendo no setor. Se manifesta favorável a volta do sistema antigo,
188 embora a gente saiba as implicações que o sistema antigo tem para voltar, mas
189 realmente, os empecilhos que se criaram nesse novo sistema são grandes. Eles
190 não são apenas pequenos bugs, eles quando começam a afetar de forma tão
191 expressiva o funcionamento de todo um setor da instituição, eles são extremamente
192 graves. E, principalmente a empresa deve ser comunicada a resolver isso da forma
193 mais imediata possível, mas não podemos deixar que os setores fiquem paralisados
194 por isso. Destaca que aguardamos um sistema dinâmico, muito mais eficiente, não
195 somente para favorecer aos empreendedores, mas toda a gestão hídrica do estado.
196 O conselheiro Rafael Rodrigues, pede a palavra. Pergunta o que se pode fazer, se
197 existe alguma forma do Conselho se manifestar quanto a isso, algum documento
198 para poder solicitar o retorno do processo físico. Diz que entende que realmente
199 não seria viável que o sistema rode em duas bases diferentes, mas seria possível
200 ao menos bloquear o sistema SIGA Hídrico até que este seja regularizado. Pergunta
201 se se poderia criar um grupo para se elaborar um documento nesse sentido. O
202 Secretário Executivo diz que a Plenária irá decidir qual será o encaminhamento. O
203 conselheiro Rafael Rodrigues propõe que seja feita uma votação. O conselheiro
204 Marcelo Tarachuk diz que acha que primeiro os conselheiros deveriam tomar
205 conhecimento das respostas encaminhadas pela SEMA. Salienta que esse tipo de
206 decisão deveria ser colocado em pauta para poder ser abordado em uma próxima
207 reunião. O Secretário Executivo diz que a próxima reunião será no mês de julho. O
208 conselheiro José Roberto diz que o Conselho deve se manifestar de maneira
209 incisiva agora, que não dá para esperar dois meses para se manifestar. Pergunta
210 qual seria o prejuízo de se retornar ao processo físico. O Secretário Executivo
211 propõe que o Conselho organize um grupo para se discutir o assunto. O conselheiro
212 José Roberto diz que se pode sim criar um grupo, do qual se coloca à disposição,
213 e se marque uma reunião extraordinária assim que possível para a Plenária
214 deliberar sobre isso, ou o próprio CEHIDRO redigir um documento nesse sentido.
215 O conselheiro João Clímaco diz que o resultado do grupo de trabalho tem que
216 passar pela Plenária. A conselheira Alessandra Panizi propõe que o grupo seja
217 criado, mas também que se saia com uma moção no sentido de que até que seja





218 solucionada essa questão do sistema, que se volte a receber os processos físicos.
219 O Secretário Executivo faz a leitura do artigo 13 do regimento interno. Salienta que
220 o teor da minuta de moção deve ser definido pela Plenária. O conselheiro João
221 Clímaco diz que não está fazendo nenhuma observação quanto ao mérito da
222 questão, mas está havendo um ferimento ao regimento. Destaca que se toda vez
223 que tiver um problema, eu faço a mudança da pauta da reunião pré-estabelecida. O
224 Secretário Executivo diz que o SIGA Hídrico está na pauta. O conselheiro João
225 Clímaco segue dizendo que aprovar uma resolução sem passar pelas instâncias, e
226 por estudos mais detalhados, assim de repente, é algo inusitado. Defende que seria
227 melhor que o GT elabore a minuta e encaminhe para uma reunião extraordinária.
228 Que se siga um trâmite, e não assim, para resolver o problema de alguém, ou de
229 alguns, porque o FONASC tem muitos problemas que poderia fazer um
230 encaminhamento assim, e geralmente o Conselho não faz esse tipo de concessão.
231 Salienta que é um tratamento desigual para quem não é tão igual. Diz que se deve
232 seguir o regimento, e a pauta da reunião de hoje não foi convocada para aprovar
233 uma resolução. A conselheira Alessandra Panizi diz que não é uma resolução e sim
234 uma moção, e uma moção é bem distinta de uma resolução. Destaca que estamos
235 com todo o sistema parado dentro do estado de Mato Grosso em relação a outorga,
236 seja ela superficial ou subterrânea, por causa de um sistema. E a gente precisa
237 esperar dois meses para ter uma reunião. O conselheiro João Clímaco diz que não
238 precisa esperar dois meses, que se marque uma extraordinária. A conselheira
239 Alessandra Panizi defende que mesmo que seja uma extraordinária, não tem mais
240 o que discutir sobre esse assunto. Destaca que foram feitas discussões com a
241 AGEMAT, com a APROFIR, com todas as instituições, e via órgão acabou de trazer
242 um documento aqui. Salienta que uma moção é um pedido e não uma obrigação,
243 não é uma determinação. Diz que nós estamos apenas reforçando a preocupação
244 do Conselho diante da situação. A conselheira Inês Alves pede a palavra. Diz que
245 realmente é uma dificuldade muito grande com o sistema, e a Águas Cuiabá
246 também está com problemas com relação a outorga que estamos tentando obter.
247 Então, o sistema vem trazendo problemas de toda ordem. Propõe que se reúna
248 dentro da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, e saia com um documento e





249 esse documento seja enviado aos demais conselheiros. Acredita que se deveria vir
250 propondo algo concretamente. Após, é passada a palavra a conselheira Sibelle
251 Jakobi. Que diz que existem alguns fatores que devemos considerar. Primeiro, este
252 é um Conselho e a gente esta aqui, basicamente, para discutir gestão de recursos
253 hídricos. Salienta que uma das bases da gestão de recursos hídricos é o balanço
254 hídrico, se saber o que sai e o que entra, para a gente conseguir fazer a gestão. A
255 gente faz isso no estado através da outorga, e a outorga estando parada,
256 basicamente, se para a gestão de recursos hídricos. Destaca que esse é um
257 instrumento fundamental. E, se o CEHIDRO não pode se reunir e em uma reunião
258 tomar uma decisão acerca de uma moção, que é sobre um instrumento fundamental
259 para a gestão de recursos hídricos, sem precisar marcar uma extraordinária, marcar
260 uma reunião de Câmara Técnica, para resolver uma questão urgente para o estado,
261 o que é que a gente esta fazendo aqui como Conselho. Diz que todas as falas no
262 sentido de se marcar uma reunião de CT, marcar uma reunião extraordinária, tudo
263 isso engessa o Conselho. Salienta que o Conselho existe desde o ano de 2003 e
264 quando há uma necessidade de uma decisão urgente, inclusive de uma resolução,
265 o Conselho já lançou mão de elaborar o texto e tomar a decisão na própria reunião
266 de Plenária. Diz que aqui a intenção é fazer a discussão de ideias, nós temos um
267 grupo de pessoas capacitadas, todos com conhecimentos técnicos, representantes
268 dos mais diversos setores. E, se um grupo desse nível não consegue, em uma
269 discussão de ideias, definir que precisa de uma moção, para definir um tema
270 urgente, a gente não consegue elaborar uma moção, e ter que esperar dois meses
271 para cada um pensar e tudo mais, o CEHIDRO vai ter um papel só figurativo.
272 Salienta acreditar que certas demandas a gente pode e deve, como Conselho
273 Estadual, definir em plenária devida a urgência. Diz que esta falando como
274 representante da SEMA, representando os colegas da outorga, que estão com
275 problemas também, assim como afeta os usuários, os técnicos também são
276 afetados. A conselheira Inês Alves diz que se papel resolvesse o documento
277 enviado pelo Instituto Ação Verde já teria surtido algum efeito. A conselheira Sibelle
278 Jakobi diz que a questão é que se não houver uma pressão por parte da sociedade
279 o problema não vai se resolver nunca. Após, é passada a palavra a conselheira





280 Solange Arrolho. Que diz concordar com a conselheira Sibelle, no sentido de que o
281 problema foi posto, e é um problema que esta afetando diretamente a gestão.
282 Salienta que a gente tem bugs em sistemas, não só da outorga mas de sistemas
283 que influenciam diretamente em todo o funcionamento da gestão, e muitas vezes a
284 gente não consegue resolver. Diz que tem uma questão a esclarecer, e será
285 favorável se resolver a questão da moção. Pergunta se existe essa possibilidade,
286 ou a partir do momento em que você tem a resolução que todos os processos
287 iniciam pelo SIGA Hídrico, eles não podem mais ser protocolados via físico.
288 Pergunta ainda, qual seria o impacto desse montante de processos que estão sendo
289 inseridos no sistema para os técnicos da SEMA. O conselheiro José Roberto solicita
290 o encaminhamento do assunto para votação. Pergunta se o Conselho é favorável
291 ao retorno do protocolo físico até que o SIGA Hídrico comece a funcionar
292 perfeitamente. A conselheira Pâmela Sangaleti diz que é a favor da moção. Destaca
293 que, inclusive, o conselheiro Gabriel Mancilla enviou no chat uma proposta de
294 redação para a moção. A conselheira Leonice Lotufo chama a atenção dos
295 presentes para as dificuldades do pequeno usuário. Diz que sua grande
296 preocupação é quanto a não ter o sistema, pois não tendo sistema ninguém tem
297 acesso a nada. Parabeniza a conselheira Sibelle Jakobi pela fala, e diz que o
298 Conselho tem que colocar essa moção para a frente, porque, conforme dito em
299 reuniões passadas, senão nós seremos mais um grupinho de amigos que fica
300 conversando e não resolve nada. Salienta que o Conselho é um coletivo de
301 representantes da sociedade, de usuários de água e do poder público. Que a
302 sociedade não pode sofrer por mais uma problemática tecnológica. Defende o
303 protocolo físico, porque mesmo que não tenha uma resposta imediata, ao menos
304 se terá a ordem cronológica do pedido. O conselheiro João Clímaco diz que em tese
305 concorda com essa preocupação de falta de eficácia da SEMA em dar sentido as
306 demandas da sociedade. Mas destaca que não se pode ter dois pesos e duas
307 medidas nas decisões do Conselho. Defende que se siga as regras estabelecidas
308 no regimento interno. Após, passou-se a fala ao conselheiro Marcelo Tarachuk. Que
309 diz que dará uma visão como ex-funcionário da SEMA. Diz que trabalhou mais de
310 dez anos na SEMA, passando pela Biodiversidade e Unidade de Programas e





311 Projetos Estratégicos e, nesta unidade acompanhou o mapeamento do processo de
312 licenciamento ambiental dentro da SEMA. Nesse mapeamento ficou decidido que a
313 outorga era o ponto de partida de todo licenciamento ambiental da SEMA, e que
314 seria digitalizado através de um sistema digital. Explica que por isso fez a pergunta
315 de como estava a interseção entre a outorga com os demais sistemas de
316 licenciamento. Destaca que deve ser o primeiro produto que esta sendo entregue
317 pela empresa contratada, e pelo jeito esta tendo problemas. Diz que sua
318 preocupação é a seguinte, o sistema de licenciamento digital é importante para todo
319 o sistema de licenciamento da SEMA, não somente a de recursos hídricos. Destaca
320 que inclusive ele acarreta segurança jurídica para que os funcionários da própria
321 SEMA possam decidir e dar celeridade aos processos. Diz que o CEHIDRO ainda
322 não tomou conhecimento do documento enviado pelo gabinete da Secretaria, não
323 ouviu a empresa, para que ela aponte quais são as falhas. Acredita que se ficar
324 nesse vai e vem, entre físico e digital, na verdade vai atrasar o licenciamento da
325 SEMA como um todo, e vai gerar inclusive insegurança para que os funcionários da
326 própria SEMA possam ter melhores decisões em seus pareceres. Diz que por isso
327 acredita ser necessário se ter mais informações, para que essa decisão seja
328 tomada. A conselheira Inês Alves diz que é essa sua linha de raciocínio, a gente
329 não pode simplesmente tomar uma decisão no desconhecimento do processo como
330 um todo. Então, se a gente puder ter mais clareza, quem sabe convocar a empresa
331 responsável pelo sistema para explicar o que esta acontecendo e as consequências
332 disso, é mais sensato. O Secretário Executivo em resposta aos questionamentos
333 da conselheira Solange Arrolho, diz acreditar que não há impedimentos legais,
334 porém não é advogado e não sabe dizer com certeza. Quanto as questões técnicas,
335 diz que a de água superficial em hipótese alguma pode estar em duas bases ao
336 mesmo tempo, não tem como estar dentro do SIMLAM Hídrico e SIGA Hídrico,
337 inclusive, acredita que todo o cérebro do programa já foi transferido ao SIGA
338 Hídrico. Agora, a água subterrânea não tem um sistema de decisão. Diz não saber
339 como ficariam os processos já protocolados no SIGA Hídrico. Não sabe dizer se
340 seria viável transforma-los em processos físicos. Afirma que os processos de água
341 superficial não tem como voltar atrás. A conselheira Inês Alves diz que então a





342 moção deve ser na linha da urgência de se resolver o problema do sistema, e não
343 há como o Conselho sugerir outra situação. A conselheira Solange Arrolho diz que
344 então a moção deve ser no sentido de resolução urgente de todo o processo dentro
345 do SIGA Hídrico, porque não se tem certeza da reversibilidade, como é o caso da
346 água superficial. Argumenta que para a gente tentar resolver o problema da gestão
347 de recursos hídricos, e ser o mais rápido e eficiente possível como um Conselho,
348 temos que apontar na moção não a reversibilidade do sistema, mas a resolução do
349 problema. Diz que nem para isso, a empresa responsável pelo sistema seja
350 penalizada. O conselheiro Marcelus Mesquita pede que o assunto seja colocado em
351 votação. A conselheira Carolina Ortiz argumenta que o Conselho deve tomar uma
352 decisão pautada em conhecimento, o que e quem de fato esta sendo prejudicado.
353 O Secretário Executivo diz que não tem como fazer esse levantamento, uma vez
354 que todos os empreendimentos que estão aguardando licença ambiental, estão
355 aguardando outorga de diluição, de captação superficial ou captação subterrânea.
356 A conselheira Carolina Ortiz questiona se o Conselho propor uma moção
357 simplesmente de pressão, será que é esse movimento político que a gente deve
358 fazer. Será que se fazer um movimento mais assertivo e reflexivo, porque senão
359 fica parecendo que estamos fazendo uma pressão de interesse. Argumenta que o
360 Conselho fica sujeito a ser taxado de estar defendendo apenas um interesse
361 específico. Diz que está de acordo com o que foi dito pela conselheira Solange e
362 pelo conselheiro Marcelo. Após discussões, o Secretário Executivo dá início a
363 votação de quem é a favor ou contra a elaboração da moção. Votaram a favor da
364 elaboração da moção: SINFRA; SEAF; SECITECI; ABES; ABAS; OAB; CBH RH
365 AMAZÔNICA VAGA 02; CBH RH PARAGUAI VAGA 01; IESCBAP; FAMATO;
366 FIEMT; SINDENERGIA; ÁGUAS CUIABÁ; INSTITUTO AÇÃO VERDE; APROFIR;
367 e, ITEEC BRASIL. Votaram contra a elaboração da moção: SEDEC; e, FONASC.
368 Se absteve do voto: SEMA; UNEMAT; UFMT; e, CBH RH AMAZÔNICA VAGA 01.
369 Sendo assim, por maioria dos votos, restou decidido pela elaboração da moção. Na
370 sequência, passou-se a deliberação acerca do teor da moção. Após discussões e
371 contribuições, restou definido que o teor da moção será o seguinte: "Considerando
372 que o sistema de outorga de RH esta completamente paralisado desde 14/12/2021,





373 em função dos problemas ocorridos com a implantação do sistema SIGA Hídrico e,
374 de forma extremamente negativa obliterando atividades importantes em todas as
375 áreas de desenvolvimento econômico no estado, já que a maioria dos
376 empreendimentos dependem da aprovação de outorga, vimos por meio deste
377 solicitar com que seja adotado o sistema híbrido (protocolo virtual e físico) a partir
378 de 01/06/2022". O Secretário Executivo explica que se seguirá os trâmites previstos
379 no art. 13 do regimento interno, quanto a aprovação ou não do texto final da moção.
380 Na sequência, passou-se ao próximo item da pauta, qual seja, a deliberação quanto
381 a minuta de resolução CEHIDRO nº 149, de 12 de maio de 2022, que define a
382 modalidade de chamamento público, como forma de delegação de funções de
383 agência de água. O Secretário Executivo diz que foi encaminhado para a CT, e até
384 então o ex-conselheiro Salatiel Araujo era o presidente da CT, que encaminhou
385 parecer sugerindo ao Plenário do CEHIDRO a aprovação da minuta de resolução e
386 adoção da modalidade de chamamento público, como modalidade de delegação de
387 funções de agência de água, por entender que essa modalidade é a que melhor se
388 enquadra às necessidades do caso. Explica que a SEMA esta organizando toda a
389 questão administrativa do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e para que a gente
390 tenha possibilidade de remanejar dinheiro aos Comitês de Bacia é necessário que
391 o CEHIDRO defina qual será a modalidade de delegação de funções de agência de
392 água. O conselheiro João Clímaco pede a palavra. Diz que gostaria de levar em
393 consideração alguns aspectos. Vê como inovador considerar que o chamamento
394 público pode ser a melhor opção sem, contudo, apresentar mais justificativa para
395 isso. Salienta que o parecer foi muito sintético, para não dizer insuficiente, para dizer
396 que chamamento público é uma opção melhor. Diz que para ver se é melhor,
397 poderia ver as outras opções, que não estão no parecer, nem na ata de reunião
398 dessa CT. Diz que em vários Comitês de Bacia é usual que se faça o edital,
399 estabelecendo critérios e condicionantes para que a entidade participe do processo.
400 Destaca que do jeito que está, ele é genérico e insuficiente sob o ponto de vista de
401 garantia de segurança jurídica. O Secretário Executivo expõe que hoje a SEMA tem
402 dois chamamentos públicos que foram aprovados, um com relação ao
403 PROCOMITÊS. Explica que foi feito um chamamento público, do qual foi





404 selecionado o Centro de Pesquisa do Pantanal, ligada a UFMT, que atualmente faz
405 toda a questão administrativa dos Comitês. Salienta que essa parceria deu muito
406 certo e é uma das razões de se ter optado por chamamento público. A conselheira
407 Sibelle Jakobi pede a palavra. Diz que o presidente da CT era o Salatiel, e como ele
408 não integra mais o CEHIDRO, irá explicar o que foi discutido na CT. Salienta que o
409 FONASC faz parte da CT, porém, como ele não participou das discussões, irá
410 esclarecer o questionamento. Explica que o chamamento público foi a melhor
411 escolha porque é um edital. Diz que tanto pela Lei 9.433 como a Política Estadual
412 de Meio Ambiente, dizem que para se delegar funções de agência de água, você
413 tem que passar para uma OSCIP. E a forma de se fazer isso, se passar as
414 atribuições, recursos, de acordo com a legislação estadual, é através de um edital
415 de chamamento público, que depois vai cominar em um termo de parceria, ou em
416 outro tipo de termo, e isso é estabelecido em uma instrução normativa da CGE. Diz
417 que a outra alternativa seria se fazer uma contratação, porém, não poderia ser uma
418 OSCIP. E como a legislação estadual e federal exigem que seja passada para uma
419 entidade governamental sem fins lucrativos, é inviável se usar outra modalidade. O
420 conselheiro João Clímaco destaca a necessidade de se ter um processo
421 transparente e impessoal. Diz que tem sempre aprovado as agências delegatárias
422 através de vários critérios e condicionantes, definindo que tipo de entidade pode
423 participar. Diz que da forma que foi posto, fica muito genérico e não dá esse
424 subsídio. O Secretário Executivo explica que o CEHIDRO tem que definir como será
425 delegada as funções de agência de água, e conforme exposto pela conselheira
426 Sibelle Jakobi, a legislação determina que nesse caso se deve usar a modalidade
427 de chamamento público. Porém, não é só isso, depois teremos um edital onde todas
428 essas especificações, critérios e condicionantes serão colocadas. E é a SEMA
429 responsável por elaborar esse edital. O conselheiro João Clímaco questiona que o
430 edital também deveria ser feito pelo CEHIDRO. Defende que isso é o usual nos
431 demais estados. Diz que pedirá vista e fundamentará melhor essa proposta. O
432 Secretário Executivo diz que a SEMA segue o que determina a legislação, as leis
433 9.433/1997, 11.088/2020, e o decreto 715/2020. O conselheiro Marcelus Mesquita
434 expõe que em que pese o pedido de vista do conselheiro João Clímaco, o FONASC





435 é integrante da CT de Acompanhamento do FEHIDRO, porém, não participou da
436 reunião. A conselheira Sibelle Jakobi diz que conforme Parágrafo único, do art. 29,
437 do regimento interno, entidades integrantes da CT não poderão pedir vista de
438 matéria encaminhada pela mesma à Plenária. Após, passou-se a votação pela
439 aprovação ou não da minuta de resolução CEHIDRO nº 149, de 12 de maio de 2022.
440 Votaram pela aprovação da minuta: SEMA; SINFRA; SEDEC; SECITECI; UFMT;
441 UNEMAT; ABAS; OAB; CBH RH AMAZÔNICA VAGA 01; CBH RH AMAZÔNICA
442 VAGA 02; CBH RH PARAGUAI VAGA 01; FAMATO; FIEMT; SINDENERGIA;
443 ÁGUAS CUIABÁ; INSTITUTO AÇÃO VERDE; APROFIR; e, ITEEC BRASIL. Sendo
444 assim, foi aprovada, por maioria dos votos, a minuta de resolução CEHIDRO nº 149,
445 de 12 de maio de 2022. Na sequência, passou-se ao próximo item da pauta,
446 deliberar quanto a minuta de resolução CEHIDRO nº 150, de 12 de maio de 2022,
447 que altera a Resolução CEHIDRO nº 140, de 08 de julho de 2021. O Secretário
448 Executivo explica que a resolução nº 140, dispõe sobre a Comissão de Ética do
449 CEHIDRO. Que na última reunião ordinária, a plenária decidiu por alterar a
450 composição da Comissão de Ética, e é justamente isso que dispõe a minuta de
451 resolução CEHIDRO nº 150, de 12 de maio de 2022. Altera de três para seis
452 membros titulares e um suplente. Colocada em votação, a minuta de resolução
453 CEHIDRO nº 150, de 12 de maio de 2022, foi aprovada, por unanimidade. Após,
454 passou-se a nova composição da Comissão de Permanente de Ética. Que restou
455 composta da seguinte forma: Titulares do Poder Público: SINFRA e SEMA. Titulares
456 da Sociedade Civil: ITEEC BRASIL e CBH RH Paraguai-vaga 01. Titulares dos
457 Usuários: FIEMT e SINDENERGIA. Entidade Suplente: Águas Cuiabá. A SEMA, foi
458 eleita pela plenária como entidade coordenadora da Comissão Permanente de
459 Ética. Na sequência, passou-se ao próximo item da pauta, analisar e deliberar
460 quanto a cópia do Inquérito Policial 53/2021 (71.4.2021.29157). O Secretário
461 Executivo diz que esse Inquérito Policial foi enviado pela delegacia do município de
462 General Carneiro, que investigou a degradação as margens do rio Barreira. E isso
463 chegou ao CEHIDRO em razão do exposto no laudo da Politec. Expõe que a
464 regional da SEMA esteve no local e não identificou crime ambiental, porém, a Politec
465 concluiu que: “Será imprescindível a construção de um instrumento de





466 planejamento e gestão para a microbacia da nascente mencionada que, de forma
467 integrada e participativa, subsidie e fortaleça a atuação do sistema de gestão de
468 recursos hídricos atuantes na região da bacia, principalmente o Comitê da Bacia do
469 Alto Araguaia, CEHIDRO e a SEMA, oferecendo ferramentas que lhes permitam
470 gerir os recursos hídricos superficiais e subterrâneos de forma efetiva, garantindo o
471 seu uso múltiplo, racional e sustentável, em benefício das gerações presentes e
472 futuras”. Pergunta qual é o encaminhamento da plenária quanto ao Inquérito Policial
473 53/2021 (71.4.2021.29157). Por unanimidade, a plenária decidiu por encaminhar o
474 documento para conhecimento e providências do Comitê de Bacia Hidrográfica do
475 Alto Araguaia. Após, passou-se ao último item da pauta, os informes. O Secretário
476 Executivo informa que o FONASC, através do João Clímaco, realizou uma
477 representação do CEHIDRO junto a 11ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca
478 de Cuiabá, noticiando suposta falta de publicidade e transparência de assuntos
479 discutidos nas câmaras técnicas do colegiado na plenária do CEHIDRO, e que o
480 FONASC tem sido impedido de exercer seu papel de monitorar e fiscalizar os
481 trâmites processuais da gestão pública das águas da forma que lhe é possível, na
482 forma da lei. E, o promotor de justiça, Mauro Zaque de Jesus, entendeu não existir
483 justa causa para o prosseguimento do caderno informativo e indeferiu a instauração
484 de procedimento. O conselheiro João Clímaco pede a palavra. Diz que gostaria de
485 pedir que a conselheira Isabela Braun, que esta responsável por essa demanda
486 junto ao MP, fizesse uma fala sobre isso, pois o FONASC entende que houve um
487 erro de tramitação no encaminhamento disso no âmbito do Ministério Público. A
488 conselheira Laura Rutz pede questão de ordem. Diz que se não estiver equivocada,
489 se tiver algum erro no procedimento interno do Ministério Público, e foi uma questão
490 feita através do MP, não cabe a esse Conselho discutir algo que esta sendo
491 discutido lá no MP. Salaria que a decisão aqui apresentada é de algo que foi
492 arquivado. Registra que a que ponto chegamos dentro desse Conselho. Destaca
493 acreditar que não se deveria estender a pauta para um assunto que é de outro
494 órgão, e é decidido em outra esfera. Se tem algo a ser discutido, é lá no âmbito do
495 MP. O Secretário Executivo diz que como o documento oficial foi enviado ao
496 CEHIDRO pelo MP, quando o FONASC apresentar documento no MP,





Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



497 questionando as inconsistências, e este for enviado para conhecimento do
498 Conselho, a Secretaria Executiva irá colocá-lo em pauta para deliberação. Por fim,
499 nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerra a reunião às
500 16h53min e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta ATA que será assinada pela
501 Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
502 – CEHIDRO.

503

504

505

506

507 **Mauren Lazzaretti**
508 Presidente do CEHIDRO

Luiz Henrique Magalhães Noquelli
Secretário Executivo do CEHIDRO



Assinado com senha por LUIZ HENRIQUE MAGALHAES NOQUELLI - Secretário Executivo do CEHIDRO /
SURH - 19/07/2022 às 14:10:58 e MAUREN LAZZARETTI - Secretária de Estado de Meio Ambiente /
GSMA - 21/07/2022 às 14:19:21.
Documento Nº: 3210790-8863 - consulta à autenticidade em
<https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3210790-8863>



SEMADIC202226397A

SIGA